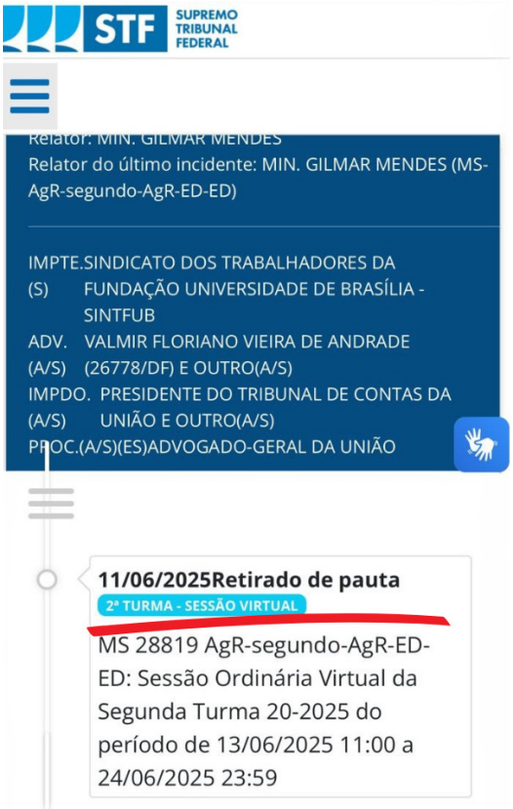
Boletim Informativo
Edição 87
12.Junho.2025

Mandado de Segurança 28.819 (26,05%) é retirado da pauta de julgamento

Na noite de quarta-feira (11), os Embargos de Declaração contra o indeferimento do pedido de cumprimento de sentença foram retirados da pauta de julgamento virtual da Segunda Turma, previsto para iniciar em 13 de junho. O adiamento do julgamento é uma iniciativa que favorece as tratativas e a mediação de negociação via Secretaria-Geral da Presidência da República.

Na manhã do mesmo dia, a reitora Rozana Naves esteve reunida com o SINTFUB e o Comando Local de Greve, comunicando uma agenda com o ministro Gilmar Mendes para o período da tarde. Foi desenvolvida uma estratégia para buscar o adiamento ou a retirada do processo da pauta. Com isso, torna-se possível avançar na negociação mediada pela Secretaria-Geral da Presidência da República e em outras iniciativas que visam à manutenção do pagamento dos 26,05% para os servidores técnico-administrativos da UnB, em greve desde o dia 20 de março.

O Dr. Valmir Vieira, da Assessoria Jurídica do SINTFUB, comentou: “Tivemos uma semana muito intensa de reuniões, discussões e tratativas junto ao Governo Federal, bem como no Supremo Tribunal Federal, com entrega de memoriais e despachos com



os ministros da Segunda Turma sobre esse julgamento, que se realizaria de forma virtual”. De acordo com o Dr. Valmir, os Embargos podem ser novamente incluídos na pauta de julgamento, mas, com o recesso do Judiciário em julho, abre-se um prazo para negociações junto ao governo federal “no sentido de uma resolução da questão e do cumprimento da decisão que transitou em julgado, de forma definitiva, para que o índice de 26,05% dos servidores técnico-administrativos da UnB não seja absorvido”.

Intensificar ações e reforçar a negociação

O coordenador-geral do SINTFUB, Maurício Sabino, comentou sobre as reuniões realizadas nos últimos dias: “Estamos buscando, de maneira incansável, o apoio do Legislativo e do Executivo, com o suporte da CUT, articulando encontros para viabilizar mediação e alternativas para a manutenção do pagamento dos 26,05% aos servidores técnico-administrativos da UnB, com base nos princípios estabelecidos pela decisão da Segunda Turma, transitada em julgado em novembro de 2024. A decisão considera o caso excepcional da UnB, os princípios da segurança jurídica e alimentar, e determina que a administração deve evitar comportamento contraditório, entre outros pontos, para que não seja retirada dos contracheques dos técnicos uma parcela que integra os salários há mais de 30 anos, o que representaria um ataque sem precedentes à categoria”.

Maurício destacou a importância da mobilização da categoria, da adesão à greve e às atividades, como os atos na UnB, em frente ao Palácio do Planalto, e a

participação na Audiência Pública realizada esta semana na Câmara dos Deputados. “Foi uma atividade vitoriosa. Contamos com a participação de mais de 150 servidores, que lotaram o auditório, e a Comissão teve que mudar de local porque o original estava muito pequeno. Estamos de parabéns pela mobilização e disposição de luta”. Segundo ele, “são várias frentes de atuação; a mobilização da categoria e a unidade são a força para que a negociação seja vitoriosa. O entendimento da AGU e da Conjur do MGI para casos gerais não pode ser aplicado aos técnicos da UnB, devendo prevalecer os termos da decisão transitada em julgado. Com a categoria mobilizada, estamos buscando todos os meios para viabilizar isso. URP para todos, aposentados e os servidores recém concursados que ainda não receberam”, concluiu.

Para a próxima semana, está prevista reunião do Comando de Greve na segunda-feira (16) e Assembleia Geral terça-feira (17), para informes, avaliações e encaminhamentos.

Servidores técnico-administrativos da UnB em greve, lutando por segurança jurídica e alimentar, pelos 26,05%, em defesa da Universidade de Brasília!

Trabalhadores e reitoria se reúnem para atualizar informações sobre a luta pelos 26,05%

Na manhã de quarta-feira (11), foi realizada uma reunião na Reitoria da Universidade de Brasília, na qual a reitora Rozana Naves informou aos representantes dos servidores técnico-administrativos da UnB sobre a reunião ocorrida no dia anterior, na Secretaria-Geral da Presidência, com a presença do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Educação (MEC). No caso do MGI, estava presente um representante da CONJUR (Consultoria Jurídica do ministério).

De acordo com o relato da reitora, a reunião foi importante para apresentar a realidade da greve e a gravidade que representa para os técnicos a ameaça de retirada dos 26,05%, inclusive considerando a absorção a partir dos 9% de reajuste conquistados com a greve de 2024. Ela também comunicou a agenda que teria, na tarde daquele mesmo dia, com o ministro Gilmar Mendes. Segundo a reitora, a Secretaria-Geral solicitou sensibilidade política e reiterou que a resolução da crise instalada na UnB é uma questão de governo. Confirmando a proposta de encaminhamento feita pelo SINTFUB para a instalação formal de uma mesa de negociação com o sindicato.

Informes da Assessoria Jurídica e do SINTFUB

O Dr. Valmir Vieira, do escritório Wagner Advogados Associados, apresentou um informe sobre as reuniões realizadas no Supremo Tribunal Federal com os gabinetes dos ministros Gilmar Mendes, Edson Fachin e André Mendonça, relator e membros da Segunda Turma. Foram entregues memoriais que apresentam, de forma sucinta, as contradições e omissões presentes nos embargos de declaração, para que seja restabelecido o cumprimento integral da decisão que transitou em julgado. Ou seja, considerar as peculiaridades da URP no âmbito da UnB, a questão da segurança jurídica, da confiança legítima, a necessidade de evitar comportamentos contraditórios, o afastamento do Tema 494, determinando a continuidade do pagamento do índice de 26,05% integral para todos os substituídos processuais representados pelo SINTFUB, no Mandado de Segurança nº 28.819. Foi reiterada a manutenção do pagamento por 15 anos, por meio de liminar da ministra Cármen Lúcia, completando mais de 30 anos de parcela incorporada aos salários dos técnico-administrativos em Educação da UnB.

A coordenação do SINTFUB confirmou que estão sendo realizados encontros e reuniões em diversas instâncias, com parlamentares e membros do governo, com apoio da CUT, para reforçar a posição da Secretaria-Geral e buscar alternativas para a manutenção do pagamento do índice de 26,05% integral para todos os técnico-administrativos da UnB, sejam aposentados, da ativa ou novos servidores da universidade. Incluem-se também as alternativas apresentadas na Audiência Pública, envolvendo o Legislativo, mas que dependem da iniciativa do governo federal para serem efetivadas.

Para a próxima semana, estão marcadas reuniões do Comando de Greve na segunda-feira (16) e Assembleia Geral da categoria na terça-feira (17).

Compareça às atividades! Vamos manter firme a mobilização e a luta pelos 26,05%, contra a absorção e o congelamento salarial.